Processo no:

10280.000945/2001-75

Recurso nº:

124.954 202-15.782

Recorrente:

DRJ EM BELÉM - PA

Interessada: Y Yamada S/A Comércio e Indústria

MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribuintes Publicado no Diáno Oficial e a União De 19 / 05 / 06 2º CC-MF

Fl.

COFINS. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PARA AFASTAR OS EFEITOS DA DECADÊNCIA. MULTA DE OFÍCIO – INAPLICABILIDADE.

Na forma do artigo 63 da Lei nº 9.430/96, na constituição de crédito tributário destinada a prevenir a decadência, relativo a tributo de competência da União cuja exigibilidade estiver suspensa na forma dos incisos IV ou V do artigo 151 do CTN, não caberá lancamento de multa de oficio.

Recurso de oficio ao qual se nega provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: DRJ EM BELÉM - PA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de ofício.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2004

Henrique Pinheiro Torres
Presidente

Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski

Relator

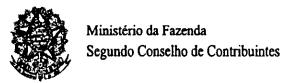
Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Gustavo Kelly Alencar, Adriene Maria de Miranda (Suplente), Jorge Freire, Nayra Bastos Manatta e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Ausente o Conselheiro Raimar da Silva Aguiar.

cl/

MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribuintes CONFERE COM O ORIGINAL Brasilia-DF, em 2 / 8 /2005

Cleuza Pakafuji Secretaria da Segunda Cámara



Processo n°: 10280.000945/2001-75

Recurso n°: 124.954 Acórdão n°: 202-15.782

Recorrente: DRJ EM BELÉM - PA

MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribuintes CONFERE COM O QRIGINAL Brasilia-DF, em 2 / 8 / 2005 2º CC-MF Fl.

Cleuza Takafuji Secretaria da Segunda Camara

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado para afastar os efeitos da decadência da COFINS objeto de discussão judicial nos autos do processo nº 99.9583-5, em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belém, cuja exigibilidade encontra-se suspensa por antecipação de tutela, posteriormente confirmada por sentença prolatada por aquele r. Juízo (fls. 43/55).

Impugnação da Contribuinte constante de fl. 378, na qual aduz ser ilegal a autuação por descumprimento de ordem judicial.

Às fls. 478/485, acórdão prolatado pela 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Belém - PA assim ementado:

"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/06/1999 a 31/12/2000

Ementa: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO JUDICIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. LANÇAMENTO.

O lançamento, por ter o condão de constituir o crédito tributário, efetuado em consonância com o art. 142, do CTN, não está inquinado de nulidade quando vise prevenir a decadência. Eis que, ainda que estivesse suspensa a sua exigibilidade por medida judicial, não estaria vedada a sua formalização.

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM EM AÇÃO JUDICIAL LANÇAMENTO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE PECUNIÁRIA.

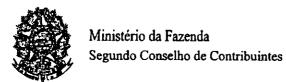
Nos casos de lançamento com intuito de prevenir a decadência de créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa na forma dos incisos IV e V do art. 151 do Código tributário Nacioal, nos termos do art. 63 da Lei nº 9.430/96, é inaplicável a imposição de multa de oficio.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/06/1999 a 31/12/2000

Ementa: CONCOMITÂNCIA ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO CONHECIDA EM PARTE.

Não se toma conhecimento da impugnação no tocante à matéria objeto de ação judicial, conhecida, entretanto, quanto a questionamentos que não fazem parte da discussão judicial.



Processo nº: 10280.000945/2001-75

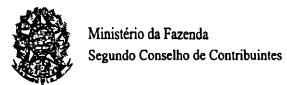
Recurso n° : 124.954 Acórdão n° : 202-15.782 MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribuintes CONFERE COM O ORIGINAL Brasilia-DF, em Z 18 12005 2º CC-MF Fl.

Cleuza Takafuji Secretária da Segunda Camara

Lançamento Procedente em Parte".

Autos remetidos a este Egrégio Conselho de Contribuintes em razão de recurso de oficio (fls. 502).

É o relatório.



Processo nº: 10280.000945/2001-75

Recurso n° : 124.954 Acórdão n° : 202-15.782 MINISTÉRIO DA FAZENDA Segundo Conselho de Contribuintes CONFERE COM O ORIGINAL Brasilia-DF, em 2 18 12005

2º CC-MF Fl.

Cleuza Takafuji Secretáris da Segunda Cámara

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MARCELO MARCONDES MEYER-KOZLOWSKI

Não merece qualquer reforma o r. julgado recorrido de oficio, que, em pleno compasso com a disposição legal insculpida no artigo 63 da Lei nº 9.430/96, determinou o cancelamento da multa de oficio imposta à Contribuinte, ainda que se tratasse tão-somente, como reconhecido pelo próprio Sr. Fiscal Autuante, de auto de infração lavrado com o único intuito de afastar os efeitos de eventual decadência dos créditos tributários relativos a COFINS cuja exigibilidade se encontrava suspensa por força de decisão judicial exarada nos autos do processo nº 99.9583-5, em trâmite perante a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belém.

Por estas razões, NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Oficio.

É como voto.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2004

MARCELO MARCONDES MEYER\KOZLOWSKI

4